



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª
REGIÃO
4ª VARA DO TRABALHO DO RECIFE
AVENIDA MARECHAL MASCARENHAS DE MORAIS,
4631, IMBIRIBEIRA, RECIFE - PE - CEP: 51150-004
ACP 0001406-32.2015.5.06.0004
AUTOR: * MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO DA
6ª REGIÃO *
RÉU: ESTADO DE PERNAMBUCO*



SENTENÇA

Vistos etc.

I - DO RELATÓRIO:

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO ajuizou ação civil pública em face da **ESTADO DE PERNAMBUCO** alegando e pleiteando o contido na inicial cuja peça constitui parte integrante deste relatório.

Regularmente notificado, o requerido, após a 1ª tentativa de acordo, apresentou defesa, em forma de contestação, mediante memorial juntado aos autos.

Valor da alçada fixado na petição inicial.

Foram juntados documentos.

Determinada a realização de inspeção na sede do Instituto de Criminalística Professor Armando Samico e no setor de Toxicologia, que funciona no Instituto Médico Legal do Recife, por Auditores do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego em Pernambuco, sendo juntado aos autos o laudotécnico elaborado pelos fiscais.

Nada mais sendo requerido, foi encerrada a instrução.

Razões finais remissivas, pela parte autora.

Prejudicadas as razões finais do requerido bem como a segunda proposta conciliatória.

É o relatório.

II - DA FUNDAMENTAÇÃO:

Da incompetência absoluta da Justiça do Trabalho

Alega o requerido que falece competência à Justiça do Trabalho para apreciar a presente demanda uma vez que a hipótese dos autos não se enquadraria em nenhuma das hipóteses previstas no art.114 da CF/88, salientando que cuida-se de demanda que envolve o meio ambiente de trabalho de empregados com vínculo empregatício regidos pelo regime estatutário.

Sem razão.

Não há mais dúvidas que essa Justiça Especializada detém competência para apreciar as Ações Cíveis Públicas ajuizadas pelo Ministério Público do Trabalho, à luz do inciso IX do art.114 c/c art.5º XXXV da CF/88 c/c art.83,III e art.6º, VII, a e d, da Lei Complementar nº 75/93.

Por outro lado, o STF, no julgamento da Reclamação (RCL) 3303, confirmou entendimento da Corte de que compete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores (Súmula 736). Os ministros, por unanimidade, consideraram improcedente o pedido formulado pelo Estado do Piauí contra a decisão da 2ª Vara do Trabalho de Teresina (PI).

Tal controvérsia referia-se a uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) contra o Estado do Piauí em decorrência do descumprimento, pelo Poder Público Estadual, das normas de saúde, higiene e segurança do trabalho verificado no Instituto de Medicina Legal (IML), ente da Secretaria de Segurança daquele Estado, hipótese exatamente igual a destes autos.

Ao analisar a Ação Civil Pública nº 2004.002.22.00-6, a Vara Trabalhista reconheceu a legitimidade do Ministério Público do Trabalho para propor a ação e também declarou-se competente para julgar a causa.

O relator da reclamação, ministro Carlos Ayres Britto, concluiu pela improcedência do pedido, ao entender que a decisão do Supremo não foi desrespeitada, fundamentando sua decisão no sentido de que "*O processamento da Ação Civil Pública na Justiça do Trabalho em nada contraria o decidido na ADI 3395 porque a ação civil pública em foco tem por objeto exigir o cumprimento pelo poder público piauiense de normas trabalhistas relativas à higiene, segurança e saúde dos trabalhadores*".

Já a Ministra Carmen Lúcia salientou, no mesmo julgamento, que a ação civil pública em trâmite na Vara trabalhista daquele Estado e a decisão do Supremo na ADI 3395 não teria relação uma vez que "Na ação civil pública, o que se questionou foi a condição de trabalho dos servidores", matéria não teria pertinência com o que foi decidido pelo Supremo na ADI 3395.

Nesse sentido, os ministros, por unanimidade, julgaram improcedente a Reclamação ajuizada pelo Estado do Piauí quanto ao suposto descumprimento por parte do juízo trabalhista da decisão proferida na ADI 3395, cassando a liminar deferida pelo relator, em junho de 2005, que havia suspenso o curso da ação civil pública e os efeitos da decisão reclamada.

Eis a jurisprudência no mesmo sentido acerca da competência da Justiça do Trabalho para apreciar demandas como a que tais:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. 1. DESCUMPRIMENTO DE NORMAS TRABALHISTAS RELATIVAS À SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE DOS TRABALHADORES. REGIME JURÍDICO ESTATUTÁRIO. SÚMULA 736/STF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Nos termos da Súmula 736/STF, "*competete à Justiça do Trabalho julgar as ações que tenham como causa de pedir o descumprimento de normas trabalhistas relativas à segurança, higiene e saúde dos trabalhadores*". Não se diga que a Súmula 736/STF encontra-se superada, uma vez que, nos autos da **Rcl 3303/PI**, a própria Suprema Corte, em composição plenária, já ratificou a aplicabilidade do referido verbete, mesmo após a decisão proferida na ADI 3.395-MC. Precedente da SBDI-2/TST. **2. ENTE PÚBLICO. SERVIDORES PÚBLICOS. HIGIENE E SAÚDE DOS TRABALHADORES.** Não há preceito constitucional ou legal que autorize a Administração Pública a descumprir normas que asseguram a higidez do meio ambiente de trabalho, que tem, inclusive, proteção constitucional (art. 200, VIII, da Constituição Federal). De outro norte, a Carta Magna expressamente estendeu aos servidores públicos o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho (arts. 7º, XXII e 39, § 3º, da Constituição Federal), sendo certo que esse direito fundamental dos administrados somente pode se materializar pela observância de normas concernentes à higiene e medicina do trabalho. O absoluto descumprimento dessas regras resulta no perecimento desse direito fundamental, o que não se pode admitir, sob pena de se relegar a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da Constituição Federal), vértice axiológico da Constituição Federal e do próprio Estado, a um plano secundário. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. (AIRR nº 69717201251100051- Data de publicação: 16/10/2015).

*RECURSO DE REVISTA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO EM FACE DO ESTADO DE SANTA CATARINA. TUTELA DO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. ABRANGÊNCIA A TODOS OS TRABALHADORES, AINDA QUE OS SERVIDORES DO HOSPITAL PÚBLICO ENVOLVIDO SEJAM ADMINISTRATIVOS. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO REGULADO POR NORMAS TRABALHISTAS ENVOLVENDO TAMBÉM OUTROS TRABALHADORES ALÉM DOS ADMINISTRATIVOS. MATÉRIA EMINENTEMENTE TRABALHISTA. SÚMULA 736 DO STF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. **Insera-se no âmbito da competência material da Justiça do Trabalho a apreciação e julgamento de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, mediante a qual se formulam pedidos relativos à adequação do meio ambiente de trabalho em face de ente público para todos os trabalhadores, independentemente do vínculo jurídico laboral, inclusive para os servidores estatutários** (Súmula 736 do STF. Precedentes desta Corte). Agregue-se, ademais, a constatação de que a Constituição da República, em seu conceito estruturante de Estado Democrático de Direito, concentra na Justiça do Trabalho (art. 114, I) as ações que o Ministério Público do Trabalho proponha contra a União, Estados, DF ou Municípios - e suas entidades públicas - visando à concentração do princípio constitucional da valorização do trabalho e do emprego, com a efetivação dos direitos fundamentais da pessoa humana, seja com respeito ao meio ambiente, seja com respeito a outros temas e dimensões correlatos, em busca de medidas concretas para o cumprimento real da ordem jurídica. Nessa linha, há precedente judicial desta 3ª Turma, envolvendo o Poder Público Municipal (RR-75700-37.2010.5.16.0009, Relator Ministro Maurício Godinho Delgado, DEJT de 20/09/2013).*

Pelo exposto, **REJEITO** a preliminar em tela.

Do não cabimento da Ação Civil Pública. Da inadequação da Ação Civil Pública em razão da ausência de direito coletivo ou individual homogêneo

Suscita a parte ré o não cabimento da presente ação em razão do disposto no art. 1º da Lei Federal nº 7.347/85, em razão da taxatividade do rol de ações ali previstos. Além disso, defende que na presente ação busca-se a defesa de direitos individuais ou pseudo coletivos, o que seria incabível em sede de Ação Civil Pública.

Sem razão.

A ação civil pública consiste em autêntica garantia fundamental e representa importante instrumento na tutela de interesses da coletividade, podendo ser proposta para a proteção, prevenção e reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artísticos, estético, histórico, turístico e paisagístico e a outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

A não adoção das medidas de medicina e higiene laboral previstas em lei vigente, que impliquem em risco à vida dos trabalhadores, como no presente caso, é, indiscutivelmente, uma forma de agressão ao meio ambiente de trabalho, o que atrai a legitimidade do MPT para ajuizar a presente demanda visando à observância das normas de segurança e saúde dos trabalhadores.

Vale ressaltar que os art.200, VIII c/c art. 225, *caput* e §3º, da CF/88 determinam que é dever de todos os empregadores e tomadores de serviço manter um ambiente saudável, por meio da prevenção individual e coletiva dos riscos.

Por outro lado, cabe ao MPT a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, fazendo parte de suas funções institucionais, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, conforme previsto no art. 129, III, da CF/88.

No caso do MPT, a LC nº 75, de 20/05/93 assegura a sua competência para o ajuizamento da ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, podendo, ainda, instaurar inquérito civil e outros

procedimentos administrativos, sempre que cabíveis para assegurar a observância dos direitos sociais constitucionalmente garantidos aos trabalhadores.

Dentre os direitos sociais estão no art. 7º da CF/88 está a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de segurança, higiene e saúde (inciso XXII).

Quanto aos interesses e direitos tutelados pelo Ministério Público são de três ordens: difusos, coletivos e individuais homogêneos, elencados no Código de Defesa do Consumidor (art. 81, parágrafo único, da Lei nº 8.078/90), a saber:

2.1 - interesses ou direitos difusos, *são aqueles de natureza transindividual, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.*

2.2 - interesses ou direitos coletivos, *são os transindividuais de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.*

2.3 - interesses ou direitos individuais homogêneos, *são aqueles que decorrem de uma origem comum relativo a fato ocorrido num determinado tempo. A despeito de serem perfeitamente determináveis os indivíduos envolvidos, não são, em sua essência, direitos individuais, mas subespécie de direitos coletivos.*

No caso em tela, trata-se de típico caso de interesse coletivo uma vez que o Ministério Público do Trabalho busca a tutela jurisdicional inibitória e condenatória em favor dos empregados que trabalham no órgão referido na inicial, que estariam com seus interesses legais afetados, existindo possibilidade de grave lesão, possuindo o MPT legitimidade para a propositura da ação civil pública, conforme previsão do art. 127 *caput* art. 129, inciso III da Constituição Federal, art. 83, inciso III da Lei Complementar n.º 75/93, artigos 1º, 5º e 21 da Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7.853/89), art. 82, inciso I, 91 e 92 do Código de Defesa do Consumidor.

A matéria se encontra pacificada, inclusive, no âmbito do TST, conforme se observa das ementas a seguir transcritas:

"RECURSO DE REVISTA. (...) AÇÃO CIVIL PÚBLICA NO PROCESSO DO TRABALHO. O interesse da categoria, dos grupos ou classes de pessoas à qual se destina a proteção e a defesa que caracterizam a ação civil pública, encontra-se inserto no caso em exame, que remete à proteção do trabalhador do campo, sob perspectiva social louvável, coibindo a atuação ilegal da reclamada na contratação de colhedores de laranja. Não há como limitar a atuação do Ministério Público sob o argumento de serem identificáveis os sujeitos da ação, a descaracterizar o interesse coletivo, eis que o fundamento do v. acórdão foi exatamente acerca da pluralidade de pessoas que integram ou que venham a integrar a categoria dos trabalhadores rurais. A legitimidade para o ajuizamento de Ação Civil Pública está prevista tanto na Constituição Federal, art. 127 c/c 129, inciso II quanto na LC 75/93, que conferiu legitimidade ao "parquet" para a defesa dos interesses difusos e coletivos na Justiça do Trabalho. Recurso de revista não conhecido. ILEGITIMIDADE DO DOUTO MINISTÉRIO PÚBLICO. A legitimação extraordinária do Ministério Público está inserida na Constituição Federal, que prevê a promoção da ação civil pública pelo Ministério Público, no inciso III do art. 129, que trata das funções institucionais do "parquet". Recurso de revista não conhecido. (...)" (TST, 2.ª T., RR 717555/2000, Rel. Juiz Saulo Emídio dos Santos, DJ 31.10.03). (grifos nossos).

"(...) PRELIMINAR DE CARÊNCIA DE AÇÃO: ILEGITIMIDADE ATIVA "AD CAUSAM" DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, ILEGITIMIDADE PASSIVA E FALTA DE INTERESSE DE AGIR. INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 83, III, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 75/93. A Constituição Federal confere relevo ao Ministério Público como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF/1988). Por isso mesmo detém o Ministério

Público capacidade postulatória não só para a abertura do inquérito civil, da ação penal pública e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, mas também de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, I e II, da CF/1988). No campo das relações de trabalho, ao "Parquet" compete promover a ação civil pública no âmbito desta Justiça para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos, bem assim outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos (arts. 6º, VII, "d" e 83, III, da LC 75/93). A conceituação desses institutos se encontra no art. 81 da Lei nº 8.078/90, em que por interesses difusos entende-se os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato, ao passo que os interesses coletivos podem ser tanto os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base, como os interesses individuais homogêneos, subespécie daquele, decorrentes de origem comum no tocante aos fatos geradores de tais direitos, origem idêntica essa que recomenda a defesa de todos a um só tempo. Assim, a indeterminação é a característica fundamental dos interesses difusos e a determinação é a daqueles interesses que envolvem os coletivos. Nesse passo, na hipótese dos autos, em que se verifica sociedade cooperativa com denúncia de fraude no propósito de intermediação de mão-de-obra, com a não-formação do vínculo empregatício, pleiteando-se obrigação de fazer e não fazer, os interesses são individuais, mas a origem única recomenda a sua defesa coletiva em um só processo, pela relevância social atribuída aos interesses homogêneos, equiparados aos coletivos, não se perseguindo aqui a reparação de interesse puramente individual. (...) (TST, 4.ª T., RR 738714/2001, Rel. Min. Barros Levenhagen, DJ 24.10.03). Grifos nossos.

Tem, portanto, a presente ação civil pública um interesse coletivo a ser tutelado, razão pela qual **REJEITO** as preliminares em tela.

Da impossibilidade jurídica do pedido por quebra de harmonia entre os Poderes da República

Sustenta a parte ré que a ação civil pública se ressente de uma de suas condições essenciais, a possibilidade jurídica do pedido, uma vez que a parte autora requer, por meio desta ação, que o Poder Judiciário intervenha diretamente em competências exclusivas do Poder Executivo Estadual, apontando a violação do art. 2º da Constituição Federal que preceitua a existência harmônica e independente entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, uma vez que o MPT estaria buscando a efetivação de medidas administrativas cuja competência é inerente à atividade do gestor público.

Sem razão.

Inicialmente, tenha-se que conforme estabelecido no Novo Código de Processo Civil, a impossibilidade jurídica do pedido não é mais causa de inadmissibilidade da ação mas decisão que requer a análise do mérito, não existindo mais menção a ela, também, no rol de hipóteses de indeferimento da petição inicial (art. 305, NCPC).

Por outro lado, não há qualquer óbice à provocação do Poder Judiciário para que, no exercício de suas atribuições constitucionais, possa ser determinado que a Administração Pública adote medidas que assegurem a implementação de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, como no caso a defesa ao meio ambiente do trabalho, sem que isso configure violação do princípio da separação dos poderes.

Eis a jurisprudência sobre a matéria:

"DIREITO ADMINISTRATIVO. SEGURANÇA PÚBLICA. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. OFENSA NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO RECORRIDO PUBLICADO EM 04.11.2004. O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sem que isso configure violação do princípio da separação de poderes. Precedentes. Agravo regimental conhecido e não provido". (STF, 1ª Turma, RE nº 628.159 AgR, Rel. Min. Rosa Weber, j. 25/06/2013, DJ. 14/08/2013).

Considerando o objeto da presente ACP, por meio da qual o MPT requer que o réu adote medidas que assegurem a implementação de condições de trabalho dignas e salubres para os trabalhadores que trabalham em órgão integrante da Administração Pública Estadual, é evidente que a provocação e a manifestação do Poder Judiciário não viola, em absoluto, o princípio da separação dos Poderes, ao contrário, trata-se de típica manifestação das prerrogativas constitucionais do Poder Judiciário, que tem como função precípua fazer cumprir as normas constitucionais e infraconstitucionais, no caso específico aquelas relativas à segurança, higiene e saúde no ambiente do trabalho, independente do regime jurídico que rege a relação de trabalho dos empregados do local afetado.

REJEITO a preliminar.

Dos pedidos

Cuida-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho em face do ESTADO DE PERNAMBUCO oriunda de procedimento administrativo instaurado após denúncia formulada pela Associação da Polícia Científica de Pernambuco - APOC/PE, contra o Estado de Pernambuco, por meio da qual se noticiava a falta de condições para o trabalho dos peritos criminais lotados em Recife.

O Estado de Pernambuco, após suscitar as preliminares que já foram apreciadas em linhas transatas, alegou que *"as medidas de ordem administrativa que constituem o pedido da presente ação civil pública não podem ser deferidas pelo Poder Judiciário, vez que dependem, para sua concreção, da observância das normas legais pertinentes, entre as quais se incluem as referentes à previsão orçamentária para realização de despesas e à submissão ao prévio procedimento licitatório. Além disso, tais medidas constituem manifestações do juízo de conveniência e oportunidade efetuado pelo gestor público acerca de onde e como melhor investir os poucos recursos existentes, atribuição conferido exclusivamente ao administrador público e não passível de avaliação pelo Poder Judiciário, sob pena de se ofender a independência dos poderes, constitucionalmente assegurada"*. Além disso, discorre sobre os institutos da "reserva de consciência" e "reserva do possível", para defender que o deferimento do pleito da MPT implicaria no remanejamento de recursos escassos, destinados ao suprimento de outras necessidades básicas em áreas cujos problemas são até mais graves, como a saúde e a educação. Registra ainda que os imóveis mencionados na petição inicial não apresentam risco à saúde, higiene ou segurança dos servidores ali lotados, alegando que as providências requeridas pelo gestor do Instituto de Criminalística Professor Armando Samico - ICAS por meio da CI 1483/2015 já estão sendo implementadas dentro das possibilidades orçamentárias do Poder Público Estadual, salientando que embora as condições do referido local não sejam as ideais não apresentariam as ameaças e os riscos relatados pelo MPT.

Pois bem.

De acordo com os documentos que acompanharam a petição inicial, foi instaurado procedimento investigatório pelo MPT por conta de denúncia apresentada pela Associação da Polícia Científica de Pernambuco - APOC/PE, contra o Estado de Pernambuco, mencionando a ocorrência de diversas irregularidades relativas às condições de trabalho no ICPAS/SDS.

Instado a se manifestar sobre as irregularidades apontadas, a Secretaria Executiva de Gestão Integrada/Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco encaminhou ofício ao MPT, datado de 14/07/15, informando que em agosto/2015 seriam iniciados os serviços de recuperação dos alojamentos masculinos e femininos do local objeto da denúncia, com previsão de início em agosto/15.

Mencionou, ainda, que havia sido fornecidos EPI's e realizada a contratação de serviços de manutenção dos aparelhos de ar-condicionado.

Por fim, esclareceu que *"os serviços de manutenção, reparos e melhorias de infraestrutura do ICPAS, assim como, de outras Unidades subordinadas a esta Pasta, dependem dos cronogramas de liberação de Provisões Orçamentárias-PO's e Programações Financeiras-PF's da SEFAZ e SEPLAG, para execução das despesas"*.

Inobstante, em 17/08/15 foi realizada inspeção pelo MPT no ICPAS e no Setor de Toxicologia que

funciona no prédio do IML- Instituto Médico Legal, constando no relatório elaborada pela Exma. Procuradora do Trabalho, Dra. Débora Tito Farias, que as condições de trabalho nesses locais comprovariam o descumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego além da CLT, a saber:

Norma Regulamentadora Nº 01 - Disposições Gerais

Norma Regulamentadora Nº 04 - Serviços Especializados em Eng. de Segurança e em Medicina do Trabalho

Norma Regulamentadora Nº 06 - Equipamentos de Proteção Individual - EPI

Norma Regulamentadora Nº 07 - Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional

Norma Regulamentadora Nº 08 - Edificações

Norma Regulamentadora Nº 09 - Programas de Prevenção de Riscos Ambientais

Norma Regulamentadora Nº 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade

Norma Regulamentadora Nº 12 - Novo - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos

Norma Regulamentadora Nº 15 - Atividades e Operações Insalubres

Norma Regulamentadora Nº 16- Atividades e Operações Perigosas

Norma Regulamentadora Nº 17 - Ergonomia

Norma Regulamentadora Nº 23 - Proteção Contra Incêndios

Norma Regulamentadora Nº 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho

Norma Regulamentadora Nº 25- Resíduos Industriais

Norma Regulamentadora Nº 26 - Sinalização de Segurança

Norma Regulamentadora Nº 32- Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Saúde.

Na audiência inicial do presente processo, o Procurador do Estado de Pernambuco aduziu que *"foi informado que algumas melhorias já foram realizadas no ambiente denunciado segundo informações obtidas do gestor do local conforme documento de ID 27d6b95, não tendo conhecimento se depois da data deste documento (novembro de 2015) foram feitas novas intervenções razão pela qual requer a inspeção judicial do prédio a fim de verificar as suas condições atuais"*.

A Procuradora do MPT presente à audiência informou que as melhorias realizadas nos ambientes teriam sido ínfimas concordando, contudo, com a realização de inspeção judicial.

Diante da concordância das partes, decidi determinar a realização de vistoria na sede do Instituto de Criminalística Professor Armando Samico e no setor de toxicologia que funciona no Instituto Médico Legal do Recife por meio do Ministério do Trabalho e Emprego.

A determinação judicial foi cumprida, sendo juntado aos autos o relatório da vistoria realizado por equipe de Auditores Fiscais do Trabalho composta por Médicos do Trabalho e Engenheiros de Segurança do Trabalho, os quais constataram não só todos os problemas narrados na petição inicial mas o agravamento do quadro desde a data da denúncia oferecida ao MPT.

Ficaram constatadas as presenças de graves riscos físicos (umidade decorrente de infiltrações em tetos e

paredes que podem provocar riscos de choques elétricos e aumento de doenças no sistema respiratório e as de natureza alérgica); químicos (uso de substâncias químicas sem uso de EPI's adequados); biológicos (proliferações de microorganismos em virtude da deterioração da edificação, umidade e situação precária dos aparelhos de ar-condicionado); riscos de acidente (instalações elétricas, hidráulica e de incêndio em condições precárias); riscos ergonômicos (mobiliário em desacordo com o que estabelece a NR 17 do MTe).

Como visto, são evidentes as condições precárias de funcionamento do Instituto de Criminalística Professor Armando Samico e do setor de toxicologia que funciona no Instituto Médico Legal do Recife, sendo certo que é incontroverso que o Estado não se dispôs a firmar com o *parquet* Termo de Ajustamento de Conduto tampouco apresentou, objetivamente, qualquer cronograma para sanar os graves problemas constatados *in loco* pelo MPT, mesmo transcorrido quase 02 anos desde a denúncia apresentada ao MPT e após 1 ano e 6 meses do prazo estipulado pelo Estado na resposta enviada a esse órgão para início das intervenções corretivas nesses espaços, que deveria ter começado em agosto/15.

Dispõe o art. 225 da CF/88 que "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Já a preservação do meio ambiente do trabalho está prevista expressamente no art.7º, XXII, da CF/88 que determina a "redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança".

Tratam-se de direitos fundamentais inerente à vida e à dignidade da pessoa humana e, portanto, são de aplicação imediata.

A saúde e a segurança no ambiente do trabalho é um direito do trabalhador e é dever dos empregadores, tomadores dos serviços e principalmente do Estado, que deve garantir tais direitos mediante políticas públicas sociais e econômicas que objetivem reduzir riscos de doenças e outros agravos, com acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, conforme previsto no art. 196 da CF/88.

Ou seja, o Estado tem a obrigação de regulamentar e fiscalizar o cumprimento das normas protetivas, no sentido de determinar a abstenção de práticas que ocasionem a doença física ou mental do trabalhador e a adoção de medidas preventivas, além da garantia do direito de reparação para violações.

O trabalhador, no desempenho de suas atividades laborais, está sujeito a inúmeros acontecimentos capazes de provocar acidentes e/ou enfermidades. O ambiente interno e externo da organização pública ou privada precisa ser capaz de proporcionar uma convivência sadia àqueles que a integram.

A responsabilidade cresce, outrossim, quando a violação a esses direitos é praticada pelo próprio Estado, em face de seus servidores, sendo inadmissível que se permita (ou se omita) a existência de labor em condições quase subumanas nas hostes do próprio poder público.

A melhoria das condições de trabalho no setor público constitui um desafio essencial da renovação de uma política de recursos humanos e de relações sociais, no domínio da saúde e da segurança no trabalho, instrumentos indispensáveis de prevenção de riscos profissionais.

E nem se invoque a falta de dinheiro no serviço público para justificar a inércia do Estado em cumprir com seu dever como empregador.

É que essa suposta escassez tem a ver na maior parte das vezes com a má gestão do administrador público, que faz escolhas equivocadas na utilização dos valores que são contemplados nos orçamentos anuais, sendo comum as notícias divulgadas na imprensa acerca dos graves desvios e/ou locação de dinheiro público em causas com pouco ou nenhum alcance social.

Não se trata, portanto, da chamada "*escolha de Sofia*"[1], em que se deve decidir entre dois bens de igual valor.

O Estado tem o dever de fornecer saúde e educação (apenas para citar os exemplos da defesa) a todos, porém não pode esquecer que os agentes públicos que estão a serviço do povo em seu nome (como os que trabalham nos locais objeto da presente ACP) devem ter o mínimo de condições dignas de trabalho para poderem cumprir com segurança os seus misteres.

Não se pode exigir que esses trabalhadores continuem trabalhando em condições precárias, com risco à saúde e à segurança física e ao mesmo tempo sejam diligentes, eficazes e prestativos com aqueles que procuram os serviços desses Órgãos Públicos, fazendo de conta que nada está acontecendo.

Portanto, cabe ao Estado estabelecer uma divisão justa e adequada do seu orçamento para que nenhum dos serviços à população seja prejudicado e sem colocar em risco a vida e a saúde dos seus funcionários.

No caso em tela entendo que restou sobejamente comprovado, diante dos documentos juntados aos autos que o Estado foi omissor na manutenção do meio ambiente saudável de trabalho dos funcionários do ICPAS e do Setor de Toxicologia que funciona no prédio do IML- Instituto Médico Legal.

Nesse sentido, mantenho a interdição do prédio do Instituto de Criminalística Professor Armando Samico, realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho em 16/01/17, salientando que tal ato constitui dever funcional do MTE, órgão que tem como função precípua fiscalizar e praticar atos que visem a impedir ou a fazer cessar irregularidades e violações à CF/88 e à CLT no que pertine às condições de trabalho, por força do seu poder de polícia.

Diante do exposto, julgo **PROCEDENTE** a presente Ação Civil Pública para determinar a manutenção da interdição do prédio do Instituto de Criminalística Professor Armando Samico, até que o Estado de Pernambuco cumpra as seguintes obrigações:

- 1- Cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho, conforme art.157, I, da CLT e disposições gerais previstas na NR 01 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como o disposto da NR 04 do MTE, no caso desta última NR especialmente para os setores de balística, que lidam com armas e munições;
- 2- Elaborar e implementar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, em articulação com o PPRA, obedecendo a integralidade das Normas Regulamentadoras 07 e 09 do Ministério do Trabalho e Emprego, c/c NR 32 do MTE;
- 3- Elaborar e implementar o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), em articulação com o PCMSO, obedecendo a integralidade das Normas Regulamentadoras 07 e 09 do Ministério do Trabalho e Emprego, c/c NR 32 do MTE;
- 4- Fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, e em número suficiente, Equipamentos de Proteção Individual adequados ao risco, em perfeito estado de conservação, conforto e funcionamento, instruindo, fiscalizando e obrigando os trabalhadores ao uso, nos termos da NR 06 do MTE;
- 5- Adequar os locais de trabalho, tal como a sala de laudos, às exigências da NR- 17, mantendo espaço físico adequado, equipamentos ergonômicos, em perfeito estado de conservação, de modo que possibilite o desempenho da atividade de forma organizada e com conforto, cumprindo, afinal, todas as exigências pertinentes à mencionada norma regulamentadora;
- 6- Dotar os locais onde exista possibilidade de exposição a agentes biológicos, sobretudo o setor de toxicologia que funciona no IML - Instituto Médico Legal, de condições devidas de trabalho, com proteção de maquinários e dos materiais elétricos, aquisição de capelas de exaustão para evacuação de gases tóxicos, visando a segurança dos trabalhadores e das análises ali realizadas, adequando-os devidamente para a execução das atividades periciais, resguardando devidamente os resíduos, nos termos da NR 25 do MTE;
- 7- Cumprir integralmente as Normas Regulamentadoras 15 e 16 de MTE, eliminando ou neutralizando a

ação de agentes insalubres e/ou perigosos, além de conferir efetiva segurança geral ao meio ambiente de trabalho, pagando o correlato adicional de insalubridade ou periculosidade quando cabível;

8- Manter as condições de higiene, aeração, iluminação e organização da cozinha, providenciar local adequado para repouso e descanso dos trabalhadores, bem como local apropriado para realização de refeições pelos trabalhadores, de modo que o refeitório apresente condições de conforto e não se comunique diretamente com os locais de trabalho, com instalações sanitárias e com locais insalubres ou perigosos de acordo com as NR's 24 e 32 do MTE;

9- Cumprir os ditames da NR-8 atentando-se, dentre todos os itens ali descritos, para os seguintes requisitos: Os banheiros devem ser higienizados de modo que sejam mantidos limpos durante toda a jornada de trabalho; O lavatório deverá ser provido de material para a limpeza, enxugo ou secagem das mãos, proibindo-se o uso de toalhas coletivas; Os pisos deverão ser impermeáveis, laváveis, de acabamento liso, inclinado para os ralos de escoamento providos de sifões hidráulicos. Deverão também impedir a entrada de umidade e não apresentar ressaltos e saliências; Ter acesso coberto para proteção contra intempéries, etc,devendo todas as instalações restarem adequadas à referida norma regulamentadora;

10-Disponer as instalações de proteção contra incêndio, saídas suficientes para a rápida retirada do pessoal em serviço, em caso de incêndio, equipamento suficiente para combater o fogo em seu início, pessoas adestradas no uso correto desses equipamentos, no termos da NR 23 do MTE;

11- Dotar as instalações de sinalizações de segurança, adotando cores para indicar e advertir acerca dos riscos existentes, seguindo as disposições da NR 26 do MTE;

12 Cumprir a Norma Regulamentadora 12 do MTE, buscando a prevenção de acidentes e doenças do trabalho nas fases de projeto e utilização de máquinas e equipamentos de todos os tipos;

Tais obrigações deverão ser cumpridas pelo Estado no prazo máximo de 180 dias após o trânsito em julgado desta sentença, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$ 2.000,00 por cada obrigação descumprida, limitada a 60 dias e reversível ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (Decreto n.º 1.306/1999), conforme previsto no art. 13 da Lei n.º 7.347/85.

Do dano moral coletivo

O dano moral coletivo é proveniente de qualquer ação ou omissão que ameace ou viole os valores fundamentais/extrapatrimoniais/morais institucionalizados de uma coletividade.

A dor, o sofrimento, a angústia, o abalo psíquico, característico do dano moral individual transmuta-se em sentimento desprezo do ordenamento jurídico e dos princípios basilares que lhe dão fundamento, em especial o da dignidade da pessoa humana.

A demonstração do dano moral coletivo independe de prova, decorrendo do próprio fato da violação, tampouco necessita da culpabilidade na conduta do agente, sendo que o desrespeito aos preceitos fundamentais gera a presunção do dano.

No caso em tela, é inquestionável que a omissão do Estado na manutenção do meio ambiente do trabalho em condições adequadas colocou em risco a vida e a saúde de todos aqueles que trabalham nos locais mencionados na exordial, não só aqueles que com ele mantêm vínculo estatutário mas também em face dos inúmeros prestadores de serviço que ali também trabalham e às pessoas que lá transitam, conforme muito bem observado pelos Auditores Fiscais do Trabalho.

Não se pode mensurar de forma individual o prejuízo ocasionado por esse ato irregular, o que se caracteriza a violação de valores de uma coletividade de potenciais trabalhadores.

É evidente que o descumprimento de um direito constitucionalmente assegurado (meio ambiente saudável e seguro, livre de riscos de qualquer espécie) causou lesões aos trabalhadores em seus interesses

coletivos e difusos, de modo que se faz necessário a reparação coletiva.

Ante o exposto, levando em conta o caráter punitivo/pedagógico da medida, a extensão, a natureza, a gravidade e a repercussão da ofensa, a situação econômica do ofensor e o seu grau de culpa, a intensidade e as dimensões do resultado prejudicial imposto à coletividade, bem como os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, condeno o réu no pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 200.000,00, em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (Decreto n.º 1.306/1999), conforme previsto no art. 13 da Lei n.º 7.347/85.

III - DO DISPOSITIVO:

Ante o exposto e considerando o mais que dos autos consta, decido:

1-REJEITAR as preliminares de Incompetência Absoluta da Justiça do Trabalho para apreciar a presente demanda, do não cabimento da Ação Civil Pública e da impossibilidade jurídica do pedido;

2-Julgar PROCEDENTES os pedidos formulados por **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO** em face do **ESTADO DE PERNAMBUCO** para condená-lo no cumprimento das obrigações determinadas na fundamentação, sob pena de pagamento de multa diária no valor de R\$ 2.000,00 por cada obrigação descumprida, limitada a 60 dias e reversível ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos (Decreto n.º 1.306/1999), conforme previsto no art. 13 da Lei n.º 7.347/85.

3-CONDENAR o **ESTADO DE PERNAMBUCO** no pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 200.000,00, em favor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos (Decreto n.º 1.306/1999), conforme previsto no art. 13 da Lei n.º 7.347/85.

4-MANTER a interdição do prédio do Instituto de Criminalística Professor Armando Samico, até que o Estado de Pernambuco cumpra as obrigações determinadas na sentença.

Tudo com fiel observância à fundamentação supra, parte integrante deste dispositivo para todos os efeitos legais.

Custas, pelo requerido, no valor de R\$ 4.000,00, calculadas sobre R\$ 200.000,00, valor arbitrado à condenação para todos os efeitos legais. Dispensadas *ex vi legis*.

Intime-se as partes.

REMESSA NECESSÁRIA.

Encerrou-se a audiência.

E, para constar foi lavrada a presente ata devidamente assinada na forma da lei.

Recife, 02 de março de 2017.

Marta de Fátima Leal Chaves

Juíza do Trabalho Substituta

[1] Trata-se do filme americano "A Escolha de Sofia", de 1982 e baseado no romance de 1979 de William Styron, no qual se narra o dilema de Sofia, uma mãe polaca, filha de pai anti-semita, presa num campo de concentração durante a Segunda Guerra e que é forçada por um soldado nazista a escolher um de seus dois filhos para ser morto. Se ela se recusasse a escolher um, ambos seriam mortos.

Publique-se, registre-se e intime(m)-se.

Esta decisão segue assinada eletronicamente pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) do Trabalho referido no rodapé deste documento

A autenticidade deste documento pode ser verificada através do sítio

"<http://pje.trt6.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>", bastando, para tanto, ser fornecido o código numérico que se encontra no rodapé.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, e nos termos da Lei 11.419/2006, que instituiu o Processo Judicial Eletrônico. O documento pode ser acessado no endereço eletrônico "<http://pje.trt6.jus.br/primeirograu/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>", informando-se a chave numérica abaixo.

RECIFE, 2 de Março de 2017

MARTA DE FATIMA LEAL CHAVES
Juiz(a) do Trabalho Substituto(a)